



69 ANOS

FAÇA PARTE DA VIDA DE ALGUÉM, VOCÊ TAMBÉM!



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2018

BALANÇO ANUAL E ENDEREÇOS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores do
CENTRO ESPÍRITA NOSSO LAR CASAS ANDRÉ LUIZ
Guarulhos – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do CENTRO ESPÍRITA NOSSO LAR CASAS ANDRÉ LUIZ que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CENTRO ESPÍRITA NOSSO LAR CASAS ANDRÉ LUIZ em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações

financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou

incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC TA 700 – item 40(b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas. A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas, não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2019



Presidência Control
CRC PSP 183.952/O-5



CENTRO ESPÍRITA NOSSO LAR CASAS ANDRÉ LUIZ**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 - EM REAIS**

ATIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa - sem restrição		563.599	522.506
Aplicações financeiras - sem restrição	03	3.173.337	3.760.997
Aplicações financeiras - com restrição		98.083	319.012
Contas a receber	04	4.270.239	6.919.635
Estoques		3.449.239	2.246.995
Despesa de exercício seguinte		210.335	168.146
Adiantamento a fornecedores		9.800	9.514
Impostos a recuperar		83.913	83.914
Outros ativos circulantes	05	1.502.213	1.473.772
Total Ativo Circulante		13.360.758	15.504.491
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos judiciais		103.893	122.494
Investimento		2.679.303	2.669.576
Imobilizado	06	11.263.251	12.065.441
Intangível		3.554	15.737
Total Ativo Não Circulante		14.050.001	14.873.248
TOTAL DO ATIVO		27.410.759	30.377.739

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 - EM REAIS

PASSIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
Fornecedores		3.122.225	3.370.185
Obrigações sociais	07	4.662.351	3.812.819
Obrigações fiscais	08	763.596	726.021
Provisão de férias e encargos		7.478.071	7.457.471
Empréstimos e financiamentos	10	338.990	2.006.761
Parcelamento de tributos		-	92.324
Projetos a executar		509.666	868.027
Outros passivos circulantes		1.642.347	853.699
Total passivo circulante		18.517.246	19.187.307
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	10	1.225.279	1.898.742
Contingências a pagar	09	462.500	462.500
Total passivo não circulante		1.687.779	2.361.242
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio líquido		7.205.734	8.829.190
Total do patrimônio líquido		7.205.734	8.829.190
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		27.410.759	30.377.739

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRO ESPÍRITA NOSSO LAR CASAS ANDRÉ LUIZ**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 - EM REAIS**

RECEITAS	Nota	2018	2017
Receita de doações	11	3 0.744.303	29.698.262
Receita de subvenção e convênios específicos	12	29.811.682	28.668.002
Receita dos mercaduto		47.342.988	45.656.488
Resultado de equivalência patrimonial		9.727	9.727
Subvenção – LOAS		6.404.369	6.489.451
Trabalho Voluntário	15	1.120.432	136.421
Outras receitas	13	3.091.704	3.089.684
Total das receitas		118.525.205	113.748.035

DESPESAS

Salários e encargos		(77.124.092)	(76.930.676)
Materiais de consumo e manutenção		(9.002.370)	(8.635.417)
Administrativas e gerais	14	(22.690.375)	(21.071.835)
Gêneros alimentícios		(4.384.875)	(4.060.200)
Medicamentos		(2.431.255)	(2.212.171)
Publicidade		(349)	(1.980)
Depreciações		(1.883.360)	(1.746.902)
Trabalho Voluntário	15	(1.120.432)	(136.421)
Total das despesas		(118.637.108)	(114.795.602)

Superávit/déficit operacional		(111.903)	(1.047.567)
--------------------------------------	--	------------------	--------------------

Outras Receitas/(despesas) Operacionais

Resultado na Alienação imobilizado		205.604	106.608
Total de outras receitas/(despesas) operacionais		205.604	106.608

RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras		198.977	663.544
Despesas financeiras		(1.916.134)	(2.359.336)
Total resultado financeiro		(1.717.157)	(1.695.792)

SUPERÁVIT/(DEFICIT) DO EXERCÍCIO		(1.623.456)	(2.636.751)
---	--	--------------------	--------------------

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 - EM REAIS

	Patrimônio Social	Reserva Reavaliação	Superávit/Déficit do exercício	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	11.183.614	282.327	-	11.465.941
Realização reserva de reavaliação – controlada	-	(120.836)	120.836	-
Transferência para patrimônio social	120.836	-	(120.836)	-
Superávit/(déficit) do exercício	-	-	(2.636.751)	(2.636.751)
Transferência para patrimônio social	(2.636.751)	-	2.636.751	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	8.667.699	161.491	-	8.829.190
Realização reserva de reavaliação – controlada	-	(120.836)	120.836	-
Transferência para patrimônio social	120.836	-	(120.836)	-
Superávit/(déficit) do exercício	-	-	(1.623.456)	(1.623.456)
Transferência para patrimônio social	(1.623.456)	-	1.623.456	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	7.165.079	40.655	-	7.205.734

CENTRO ESPÍRITA NOSSO LAR CASAS ANDRÉ LUIZ

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 EM REAIS

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) Do Período	(1.623.456)	(2.636.751)
Aumento (Diminuição) Dos Itens Que Não Afetam O Caixa:		
Depreciação E Amortização	1.895.543	1.746.898
Perdas (Ganhos) Na Alienação Sobre O Ativo Imobilizado E Intangível		168.306
Redução (Aumento) Do Ativo		
Aplicações Financeiras	808.589	(1.787.989)
Contas A Receber	2.649.396	(25.010)
Estoques	(1.202.244)	182.264
Outros Ativos	(52.315)	(210.610)
Aumento (Redução) Do Passivo		
Fornecedores	(247.960)	535.134
Obrigações Sociais E Fiscais	887.107	428.532
Provisão De Férias E Encargos	20.600	264.788
Outros Passivos	337.964	340.581
Geração (Utilização) De Caixa Das Atividades Operacionais	3.473.224	(993.857)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições De Investimento	(9.727)	(9.727)
Aquisições De Imobilizado E Intangível	(1.081.170)	(170.673)
Geração (Utilização) De Caixa Em Atividades De Investimentos	(1.090.897)	(180.400)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos De Empréstimos E Financiamentos	-	1.328.569
Pagamentos De Empréstimos E Financiamentos	(2.341.234)	-
Geração (Utilização) De Caixa Em Atividades De Financiamentos	(2.341.234)	1.328.569
Aumento (Diminuição) No Caixa E Equivalentes	41.093	154.312
Caixa E Equivalentes No Início Do Período	522.506	368.194
Caixa E Equivalentes No Fim Do Período	563.599	522.506
Aumento (Diminuição) No Caixa E Equivalentes	41.093	154.312

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 - EM REAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro Espírita Nosso Lar Casas André Luiz é uma associação, nos termos do artigo 53 do Código Civil Brasileiro, de caráter religioso e filantrópico, de inspiração cristã, de duração ilimitada e sem finalidade lucrativa, e por finalidade:

Prática da caridade material, moral e espiritual, bem como a divulgação dos princípios doutrinários espíritas por qualquer mídia conhecida no País, não se fazendo qualquer distinção de sexo, raça, cor, credo religioso ou político, devendo manter sempre leitos e serviços para uso público gratuito nos termos deste artigo.

Tratamento de pacientes portadores de deficiência mental com ou sem deficiência física associada, em regime de internato e ambulatorial, em todas as casuísticas (severa, profunda, moderada e leve), com a aplicação de modernos tratamentos interdisciplinares.

Tratamento terapêutico espiritual complementar aos pacientes necessitados.

Parágrafo único - Como entidade filantrópica, poderá instituir fundações, manter e administrar abrigos, ambulatórios, escolas de ensino regular técnico, fundamental, médio e superior, farmácias de manipulação para uso próprio, fundações, sanatórios, bem como

estabelecimentos similares para prestação de serviços.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específicas para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

B) Apuração das receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

C) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

D) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

E) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Os valores das contas a receber são contabilizados considerando o regime de competência de suas operações.

Provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa é calculada por valor suficiente para cobrir eventuais perdas desses créditos.

Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa n.º 06.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2018.

F) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

G) Gratuidades e Assistência Social

Estão demonstradas conforme legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e alterações e o Decreto n.º 8.242/14.

H) Doações

As doações recebidas são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência

I) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – SEM RESTRIÇÃO

	2018	2017
Poupança	3.355	2.831
Aplicações em fundos de investimentos	3.169.982	3.758.166
TOTAL	3.173.337	3.760.997

4. CONTAS A RECEBER

	2018	2017
Convênio SUS	2.330.830	2.416.883
Cheques a receber	909.784	904.829
Cartões de crédito	1.029.625	3.597.923
TOTAL	4.270.239	6.919.635

5. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

	2018	2017
Adiantamentos de férias	607.742	896.094
Adiantamentos compra de funcionários	365.915	297.135
Outros	528.556	280.543
TOTAL	1.502.213	1.473.772

6. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

Descrição	Taxa Atual %	Saldo 31.12.2017 R\$	Adições R\$	Baixas R\$	Transf. R\$	Saldo 31.12.2018 R\$
Custo						
Terrenos		2.047.817	700.000	-	-	2.747.817
Edificações	4	14.636.048	-	-	-	14.636.048
Máquinas e equipamentos	10	5.414.010	16.134	-	-	5.430.144
Móveis e utensílios	10	2.029.837	-	-	-	2.029.837
Computadores e Periféricos	20	851.824	-	-	-	851.824
Veículos	20	2.583.086	70.281	-	-	2.653.367
Obras em andamento		2.385.559	-	-	-	2.385.559
Biblioteca		4.355	-	-	-	4.355
Outros		12.800	294.755	-	-	307.555
TOTAL		29.965.336	1.081.170	-	-	31.046.506

Depreciação Acumulada

Edificações		(8.804.846)	(859.971)	-	-	(9.664.817)
Máquinas e equipamentos		(4.568.679)	(300.293)	-	-	(4.868.972)
Móveis e utensílios		(1.659.263)	(197.859)	-	-	(1.857.122)
Computadores e Periféricos		(848.614)	(2.658)	-	-	(851.272)
Veículos		(2.018.493)	(522.579)	-	-	(2.541.072)
TOTAL		(17.899.895)	(1.883.360)	-	-	(19.783.255)
TOTAL		12.065.441	(802.190)	-	-	11.263.251

7. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2018	2017
Salários a pagar	2.750.887	2.703.160
INSS a recolher	755.645	400.651
FGTS a recolher	1.123.860	608.848
Outros	31.959	100.160
TOTAL	4.662.351	3.812.819

8. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2018	2017
IRRF a recolher	477.209	585.199
Outras contribuições a recolher	153.568	60.740
ISS a recolher	132.819	80.082
TOTAL	763.596	726.021

9. CONTINGÊNCIAS A PAGAR

A entidade está sendo questionada judicialmente sobre alguns processos judiciais, conseqüentemente, a Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos optou em provisionar em 31 de

dezembro de 2018 o montante de R\$ 462.500. (Em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 462.500) para aquelas causas que a possibilidade de perda é provável.

Há processos judiciais considerados pela consultoria jurídica de natureza de perda possível no montante de R\$ 348.500. (Em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 462.500).

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	Taxa Mês	No. Parcelas	Vencimento	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total 2018	Total 2017
Banco Bradesco S/A	1,39%	24	26/09/19	22.500	221.798	244.298	494.463
Caixa Econômica Federal	2,25%	36	01/08/20	376.288	1.766.099	2.142.387	2.829.054
Banco Santander S.A	1,66%	18	15/06/19	925.185	-	925.185	2.020.389
(-) juros a incorrer				(984.983)	(762.618)	(1.747.601)	1.438.403
TOTAL				338.990	1.225.279	1.564.269	3.905.503

11. RECEITAS DE DOAÇÕES

	2018	2017
Captação c/ Telemarketing	25.463.336	25.159.027
Doações de Materiais P.F – P. J	2.248.393	2.448.839
Doações de Gen. Alimentícios	209.238	592.373
Doações de Medicamentos	561.238	393.722
Donativos P. F.	317.235	265.706
Donativos P.J.	16.450	30.214
Doação de imóveis	1.145.211	-
Outros	783.202	808.381
TOTAL	30.744.303	29.698.262

12. RECEITAS DE SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS ESPECÍFICOS

	2018	2017
Sistema Único de Saúde	27.923.320	27.624.995
Secretaria de Estado da Saúde	1.888.362	1.043.007
TOTAL	29.811.682	28.668.002

13. OUTRAS RECEITAS

	2018	2017
Lanchonete Interna Centro de Santana	253.242	249.397
Receitas com eventos	10.123	46.946
Contribuição conselheiros	10.555	12.040
Cartão Afinidade Bradesco	-	9.423
Indenizações folha de pagamento	12.407	12.316
Aluguel de imóveis	443.061	120.630
Despesas recuperadas	282.734	220.163
Nota fiscal paulista	-	413.303
Recursos espólio	-	129.981
Receitas subsid. Refeições	1.296.835	1.180.587
Venda de imóveis	-	511.238
Receitas diversas	756.062	-
Outros	26.685	183.660
TOTAL	3.091.704	3.089.684

14. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	2018	2017
Mão Obra terceiros	376.466	543.775
Energia Elétrica	1.400.453	1.139.884
Aluguéis de imóveis	2.400.596	2.486.288
Fretes PJ	4.980.506	4.638.292
Serviços segurança patrimonial	3.054.422	2.630.874
Serviços prestados PJ	6.484.978	5.521.385
Outras despesas	3.992.954	4.111.337
TOTAL	22.690.375	21.071.835

15. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Durante os exercícios de 2018 e de 2017 a Entidade apurou um custo de R\$ 1.120.432 e de R\$ 136.421, respectivamente decorrente de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

16. ATENDIMENTOS AO SUS – PORTARIA n.º 834/2016 Ministério da Saúde

Em atendimento a legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e alterações e o decreto n.º 8.242/14 a Entidade apurou percentual de atendimento SUS de 100%.

17. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade tem os tributos mencionados abaixo com base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre Fopag, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

18. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2018 e de 2017, correspondem aos montantes de R\$ 17.307.937 e de R\$ 17.097.872, respectivamente.

19. DECISÃO JUDICIAL – IMUNIDADE PIS

A entidade não está recolhendo os pagamentos do PIS – Programa de Integração Social com base em Decisão Judicial que suspendeu a cobrança. Dessa forma, a Administração optou em não recolher e não constituir provisão.

20. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes pela Entidade para cobrir eventuais riscos e perdas sobre seus ativos. Os principais seguros mantidos pela entidade são de incêndio, raio e vendaval para as edificações no valor de cobertura nos exercícios de 2018 e de 2017, correspondem aos montantes de R\$ 56.400.000 e de R\$ 56.400.000, respectivamente.

21. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles.

A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.



69 ANOS

**FAÇA PARTE DA VIDA DE ALGUÉM,
VOCÊ TAMBÉM!**